



Notícias sobre as mulheres: uma análise de acontecimentos feministas nas páginas do jornal *O Globo*¹

Camila WELIKSON²

Leonel Azevedo de AGUIAR³

Resumo:

Este artigo apresenta as análises de um levantamento sobre as notícias publicadas no jornal *O Globo* referentes a sete acontecimentos em que houve protagonismo feminino ou decisões importantes na esfera política envolvendo mulheres. Foram analisadas, também, as primeiras páginas de 87 edições do jornal no dia oito de março. O objetivo é tentar compreender como as conquistas e avanços desse movimento social influenciaram o processo de produção da informação jornalística e de que forma a disputa discursiva envolvendo a representação da mulher se evidenciou no jornalismo de referência em momentos fundamentais da luta feminista. Investigou-se o tema com base em estudos teóricos sobre critérios de noticiabilidade e também a partir de autores que debatem a relação entre discurso, poder e feminismo.

Palavras-chave: jornalismo; teorias do jornalismo; jornal *O Globo*; feminismo.

News about women: an analysis of feminist events published on the pages of *O Globo* newspaper

Abstract:

This article presents the analysis of a survey about News published on *O Globo* - a Brazilian newspaper - regarding seven events in which there was either female protagonism or important decisions in the political sphere involving women. Also, the first pages of 87 editions of the newspaper on March 8th were analyzed. Its purpose is to try to understand how the achievements and advances of this social movement influenced the process of producing journalistic information and how the discursive dispute involving the representation of women was evidenced in well regarded journalism on fundamental moments of the feminist struggle. The theme was investigated based on theoretical studies about publishing criteria, and also from authors who debate the relationship between discourse, power and feminism.

Keywords: journalism; journalism theories; *O Globo* newspaper; feminism.

¹ Uma versão deste trabalho foi apresentada no 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Goiânia, 2019.

² Aluna de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Comunicação da PUC-Rio e Mestre em Estudos de Mídia pela Universidade Nova de Lisboa. Jornalista diplomada (PUC-Rio). *E-mail:* camilawelikson@hotmail.com.

³ Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da PUC-Rio. Doutor e Mestre em Comunicação (UFRJ). Jornalista diplomado (UFF). *E-mail:* laaguair@uol.com.br.





Notícias sobre mulheres: un análisis de eventos feministas en las páginas del periódico *O Globo*

Resumen:

Este artículo presenta el análisis de una encuesta sobre las noticias publicadas en el diario *O Globo* sobre siete eventos en los que hubo protagonismo femenino o decisiones importantes en el ámbito político que involucran a mujeres. También se analizaron las primeras páginas de 87 ediciones del periódico del ocho de marzo. El objetivo es tratar de entender cómo los logros y avances de este movimiento social influyeron en el proceso de producción de información periodística y cómo la disputa discursiva que involucra la representación de las mujeres se evidenció en el periodismo de referencia en momentos fundamentales de la lucha feminista. El tema fue investigado a partir de estudios teóricos sobre criterios de noticiabilidad y también de autores que debaten la relación entre discurso, poder y feminismo.

Palabras clave: periodismo; teorías periodísticas; diario *O Globo*; feminismo.

Introdução

A reflexão sobre o papel da mulher na História vem ganhando mais espaço entre pesquisadores, mas não foi sempre assim. Desde o pensamento ilustrado do século XVIII até meados do século XX, o discurso político e histórico foi construído com base em um sujeito abstrato e, fundamentalmente, masculino. Por séculos, as mulheres foram ignoradas tanto como personagens quanto como produtoras de conhecimento (RAGO, 1998).

Mudanças nesse cenário começaram a ocorrer no final do século XIX, com a primeira onda feminista, quando as mulheres passaram a lutar pelo direito ao voto. Mas foi somente a partir da década de 1970, com a segunda onda feminista, quando reivindicações e mobilizações políticas e sociais irromperam por toda a Europa e também nos Estados Unidos, que ocorreu a emergência de um debate histórico acerca da mulher (PISCITELLI, 2009). O surgimento da *Nouvelle Histoire*⁴ contribuiu para que as mulheres fossem percebidas como agentes integrantes da narrativa histórica e ganhou força o debate sobre a condição de exploração em razão do sexo.

Na década de 1990, a terceira onda feminista trouxe novas pautas e a introdução do conceito de interseccionalidade⁵, o que tornou o debate mais atento a aspectos relacionados à

⁴ A Escola dos Annales, que deu origem à Nova História, contribuiu para a valorização de análises culturais que reconhecem a importância do cotidiano e da esfera privada. Desta forma, cresceu o número de estudos em que a mulher é vista como personagem histórico. Para saber mais, ver: REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e o Tempo Histórico**. Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994.

⁵ O termo “interseccionalidade” ficou conhecido quando a defensora dos direitos civis americana Kimberlé Williams Crenshaw, em uma palestra em 1989, usou a expressão para definir uma categoria teórica que enfatiza diferentes sistemas de opressão, em especial aqueles que envolvem raça, gênero e classe (LAGO; KAZAN; THAMANI, 2018).





raça, classe e sexualidade. Já a quarta onda começa a se estruturar a partir da terceira fase e se estabiliza já no início do século XXI, marcado por um caráter anti ou pós-neoliberal promovido pelos movimentos e pelo uso massivo das redes sociais para fins de organização, conscientização e divulgação de ideias. Nas palavras de Marlise Matos (2010, p. 81), esse momento é caracterizado por discussões multidimensionais da justiça social, que traz “também os desafios da horizontalização dos movimentos feministas e da construção coletiva do diálogo intercultural e intermovimentos”. No Brasil, a quarta onda poderia

ser definida como um processo de “democratização de gênero no âmbito das instituições e da (re)formulação de políticas públicas”, assim como de revitalização da agenda clássica do feminismo na busca por direitos, desta vez a partir dos desafios colocados pelo movimento contemporâneo de transnacionalização do feminismo, de globalização das agendas locais das mulheres e de fermentação das estratégias feministas horizontais (MATOS, 2010, p. 83).

A imprensa vem acompanhando esses movimentos e transformou o debate público e político em notícia. Foi o caso do jornal *O Globo*, fundado em 29 de julho de 1925 e que, portanto, testemunhou importantes conquistas da luta feminista. Ao entrarem nos espaços públicos e nos espaços do saber, as mulheres transformaram tais campos, inclusive o midiático, questionando e transformando de forma profunda. Daí a importância de estudar a sua representação na imprensa, pesquisar de que modo o reconhecimento do poder do próprio corpo na luta por direitos influenciou o seu posicionamento no espaço social e analisar como as notícias sobre mulheres acompanharam as mudanças culturais e históricas.

As experiências sociais relacionadas ao avanço do feminismo influenciaram o discurso da mídia? As notícias publicadas em jornais sobre questões da mulher estão vinculadas a um olhar masculino? Existe uma disputa entre o discurso feminista e o discurso hegemônico patriarcal sobre a mulher, seus direitos, seus interesses e seu corpo?

Para refletir sobre o tema, analisamos as matérias do jornal *O Globo* publicadas no dia seguinte a acontecimentos em que houve protagonismo feminino ou decisões importantes na esfera política envolvendo mulheres. O primeiro momento escolhido foi a aprovação do novo Código Eleitoral que garantiu o direito de voto feminino. Escolhemos, ainda, a fundação da primeira Delegacia da Mulher, em 1985, a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 e o



decreto da Lei Maria da Penha, em 2006. Analisamos, também, notícias referentes às eleições das primeiras mulheres a assumirem os cargos de prefeita, ministra de Estado e presidenta do país. Para completar a pesquisa, analisamos a primeira página das 87 edições do jornal *O Globo* do dia oito de março, Dia Internacional da Mulher.

No campo teórico, recorremos a alguns dos principais autores dos estudos de jornalismo (GANS, 2003; SILVA, 2014; TRAQUINA, 1999; WOLF, 2004) que utilizam a metodologia do *newsmaking*, notadamente os critérios de noticiabilidade. Além de aplicar conceitos das teorias do jornalismo, levantamos questões significativas do debate feminista. Os resultados desta pesquisa, associadas aos textos teóricos, permitiram pensar sobre a relação entre evolução do movimento feminista e produção noticiosa no Brasil e avaliar como a disputa discursiva envolvendo as categorias “feminino” e “feminismo” se evidenciaram na imprensa ao longo do século XX.

Avanços nas ruas, entraves no jornal

O feminismo avançou paulatinamente no século XX e, nas décadas de 1960 e 1970, na Europa e nos Estados Unidos, um novo movimento feminista levava às ruas debates importantes para as mulheres (FRASER, 2009). Com a decisão da Organização das Nações Unidas de considerar 1975 o Ano Internacional da Mulher, discussões sobre o tema vieram à tona também no Brasil (TELES, 1999).

Ao analisar as notícias publicadas no jornal *O Globo* sobre os avanços feministas no Brasil, percebemos que, na primeira metade do século XX, não havia ainda muita preocupação em transpor para as linhas do jornal o cenário de lutas e transformações que se modelava nas ruas e no campo político.

É possível levantar a hipótese de que os acontecimentos não foram considerados relevantes para serem publicados em função de critérios de noticiabilidade relacionados ao público-leitor, majoritariamente masculino. Além disso, talvez, também pela composição das redações de jornais, com seus postos ocupados na sua quase totalidade por homens, principalmente nos cargos de direção⁶.

⁶ Apesar destas constatações, é mister lembrar que o jornal *O Globo* surgiu após as principais manifestações feministas da primeira onda. Em 1925, as ativistas da Confederação Brasileira pelo Progresso Feminino já estavam a poucos anos de conquistar sua principal demanda, o sufrágio feminino. As anarquistas, socialistas e comunistas

Para além disso, a falta de atenção a questões das mulheres é resultado da sua posição de inferioridade na mídia, um espaço de reprodução da desigualdade construída entre os sexos, como defende Maíra Kubík Mano (2017). Para a autora, há um tratamento pejorativo e sexista dos meios de comunicação em relação a mulheres, em especial, aquelas que protagonizam ações políticas. A hierarquização do masculino sob o feminino dentro das relações sociais está refletida na imprensa e, mais do que isso, os meios de comunicação atuam como colaboradores da naturalização de posições que são resultado de construção social, cultural e histórica, ou seja, a mídia reproduz e produz a inferioridade das mulheres na sociedade (MANO, 2017).

O novo Código Eleitoral, por exemplo, aprovado por Getúlio Vargas em 24 de fevereiro de 1932, foi amplamente noticiado n' *O Globo* no dia seguinte, com ênfase para algumas mudanças importantes, como a aprovação do voto secreto e proporcionalidade das representações estaduais, mas nada foi mencionado em relação à conquista do direito de voto feminino⁷. Apenas cinco dias depois a questão foi lembrada em uma matéria que aparenta ter sido paga ou negociada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que, “satisfeita pela realização desse objetivo com a assinatura e publicação da Lei Eleitoral, enviou [...] telegramas aos que lhe deram seu decidido apoio” (CONCESSÃO, 29 fev. 1932, p. 60).

Não se pode ignorar que a conjuntura política era bastante complexa. Pela primeira vez, a legislação fez referência aos partidos políticos, ainda que a candidatura avulsa fosse permitida, e várias outras novidades surgiram, entre elas, a proporcionalidade das representações estaduais, assunto considerado prioridade pelo jornal e, portanto, principal notícia.

De acordo com Silva (2014, p. 31), “os valores-notícia, entendidos como parâmetros que levam um determinado acontecimento a ser selecionado como noticiável [...] estabelecem-se atrelados a um padrão clássico de ruptura a uma ordem social anteriormente estabelecida”. É o que, de fato, ocorreu em 1932, mas as rupturas relevantes, na visão do jornal, não incluíam quaisquer questões relacionadas às mulheres.

atuavam, mas não tinham muito espaço para debater suas reivindicações nem mesmo entre seus companheiros que viam a luta específica das mulheres como uma forma de enfraquecimento das causas que, para eles, eram maiores e mais urgentes. Para saber mais, ver ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

⁷ O voto feminino foi aprovado com algumas restrições. Apenas mulheres casadas (com autorização do marido), viúvas e solteiras com renda própria podiam votar de acordo com o Decreto número 21.076 de 24 de fevereiro de 1932.

Os discursos dominantes são excludentes, uma vez que não dão espaço de fala para muitos sujeitos. Isso não significa que exista um único discurso “ilimitado e contínuo”, como alerta Foucault (1996, p. 52-53): “Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”. Sendo assim, o discurso é uma manifestação de poder e também de tensão, e por meio da produção discursiva é impossível apreender a realidade objetiva.

A ideia de discurso como “o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10) é importante, mas não há espaço aqui para um aprofundamento na proposta foucaultiana; portanto, daremos atenção às questões teóricas próprias do campo do jornalismo a fim de entender a forma de representação da mulher na imprensa.

Gans (2004) mostra que um acontecimento pode ser eleito como notícia em meio a um amplo conjunto de eventos cotidianos por quatro diferentes razões⁸. Primeiro, pode ser o resultado do julgamento subjetivo dos próprios profissionais da área, ou seja, notícias estão submetidas e decorrem dos vieses – ideológicos e políticos, entre outros – dos jornalistas. “Se as notícias incluem valores, incluem também ideologia” (GANS, 2004, p. 68). Uma segunda razão é a influência de fatores eminentemente organizacionais, o que significa considerar as estruturas administrativas e as divisões de trabalho em cada organização. A terceira possibilidade é a repercussão da própria natureza dos eventos noticiáveis, hipótese já considerada ultrapassada, uma vez que aborda a notícia a partir de um prisma frágil e até ingênuo. Por fim, uma quarta explicação é a consequência de forças provenientes do exterior das organizações jornalísticas. Para Gans (2004), as explicações acima possuem um grau de verdade ou validade ao se discutir o processo de seleção noticiosa, mas, no entender de Silva (2014, p. 29-30),

[...] todas as soluções dadas pelas teorias anteriormente citadas perpassam, de alguma maneira, três noções teóricas situadas em um campo de ação bastante próximo, mas expressas em categorias semânticas distintas que precisam ser entendidas em seus universos multifacetados: um verbo – “selecionar” – e dois substantivos – “critério” e “valor” [...]. Os três conceitos constituem aspectos essenciais para o entendimento dos processos intrínsecos na construção tanto da narrativa jornalística quanto da ideia mais ampla de noticiabilidade.

⁸ As quatro razões propostas por Gans e apresentadas aqui são uma síntese de algumas das principais teorias do jornalismo, como as teorias do *gatekeeper*, organizacionais, da ação política e construcionistas.

Uma rápida pesquisa na internet sobre o Código Eleitoral de 1932 nos levará a diversos textos atuais que mencionam as decisões acerca da mulher como pontos importantes nas duas ocasiões. Mas essa é uma visão posterior e própria de textos escritos muitos anos depois dos acontecimentos. Ao analisar as notícias sobre o episódio, publicadas no momento em que ocorreram, percebemos que na década de 1930 as questões feministas ainda não eram consideradas valores-notícia.

Décadas depois, a realidade era bem diferente. Quando a primeira Delegacia da Mulher foi inaugurada em São Paulo, em 6 de agosto de 1985, a pauta feminista já tinha alcançado dimensões maiores – a própria criação da delegacia indicava tal avanço – e o fato foi notícia com destaque na primeira página do jornal, com o título “Mulher paulista já tem Delegacia”. Como o mundo não havia mudado tanto assim e o discurso patriarcal continuava (e continua) hegemônico, a chamada destacava a piada machista do então Secretário de Segurança, Michel Temer, que, “após ouvir as feministas, ironizou: quer a de Defesa dos Homens” (MULHER, 7 ago. 1985, p. 1). A matéria completa dava destaque à delegada Rosemary Corrêa, mas junto à fotografia da sua posse, um texto com destaque a informações sobre a roupa que ela usava no dia da inauguração da delegacia.

Alguns anos depois, no dia 6 de outubro de 1988, a imagem de um plenário lotado comemorando a promulgação da Nova Constituição Brasileira – um marco contra a discriminação da mulher – dividiu a primeira página do jornal com uma fotografia em que o jogador Romário “oferece churrasco à sua noiva, Mônica, com quem já está fazendo planos para a nova vida na Europa” (ROMÁRIO, 6 out. 1988, p. 1). A moda italiana que fez “as saias descerem” também recebeu espaço na primeira página.

No interior do jornal, muitas linhas sobre os acontecimentos do dia anterior e análises sobre as mudanças no país. Informações relacionadas às mulheres destacavam o medo e a incerteza devido ao aumento da licença-maternidade para 120 dias⁹. Outro destaque foi a “brilhante noite de D. Mora”, esposa de Ulysses Guimarães. Considerada pelo jornal uma das

⁹ As matérias não abordam ainda uma visão feminista sobre aspectos relacionados à raça e classe. Essas questões entrariam no debate público apenas a partir da década de 1990.

principais atrações do Congresso, a “primeira-dama” foi elogiada na matéria por ter se saído bem como mulher, mãe e avó:

Cuidou de todos os detalhes de Ulysses: arrumou sua gravata, ajeitou o paletó e, segundo recomendação de Dona Sarah Kubitschek, convidada de honra do casal, escondeu um lenço branco que não combinava com o terno azul marinho. Como mãe e avó, preocupou-se com a acomodação dos filhos Celina e Tito Henrique e dos seus cônjuges, Luiz Eduardo e Maria Luiza, e com os netos Paulo (filho de Celina) e Francisco e Tito (de Tito Henrique) (BRILHANTE, 6 out. 1988, p. 3).

D. Mora teve direito a fotografia e entrevista, ao contrário da socióloga e cientista política, Jacqueline Pitanguy, indicada pelo então presidente da República a ocupar o cargo de Presidente do recém-criado Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Jacqueline ganhou, no entanto, nota na coluna social “Swann”, de Fred Suter:

Como representante máxima do que ela mesma batizou de “lobby do batom”, a Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Jacqueline Pitanguy, vai caprichar na maquiagem e na fatiote para a grande festa da promulgação da nova constituição, hoje, em Brasília. Jacqueline e suas seguidoras feministas não escondem a satisfação com as vitórias que tiveram (REPRESENTANTE, 5 out. 1988, p. 12).

É notório que o contexto histórico influencia políticas editoriais, assim como julgamentos subjetivos e relações intra e extraorganizacionais, o que provoca alteração no que é considerado valor-notícia, ou seja, tais valores não são definidos e invariáveis. É o que vemos acontecer com a aprovação da Lei Maria da Penha, no dia 7 de agosto de 2006.

Nesse momento, temos um novo cenário, com a agenda do movimento feminista, em especial a violência contra a mulher, já bem solidificada como valor-notícia na imprensa. Apesar de não aparecer na primeira página, a nova lei ganhou destaque dentro do jornal, com imagens e infográficos.

Se questões relacionadas à mulher se transformaram, definitivamente, em valor-notícia, resultado da crescente importância e interesse dados ao tema, foi porque, como explica Barsotti (2017, p. 52), os jornalistas estavam “sintonizados com os temas que mobilizam a comunidade

na qual estão inseridos, que está circunscrita em um tempo e espaço definidos”. Vemos isso ao analisar as notícias relacionadas às eleições de mulheres para ocupar cargos políticos.

Elegantes, não! Importantes

Alzira Soriano poderia ganhar as páginas dos jornais em todo o país quando, aos 32 anos de idade, venceu as eleições com 60% dos votos para prefeitura de Lajes, cidade do interior do Rio Grande de Norte, afinal, foi a primeira mulher da América Latina a ocupar o cargo de prefeita e tomou posse no dia primeiro de janeiro de 1929. Mas o jornal *O Globo* não noticiou o acontecimento.

Somente meses depois, Alzira foi notícia devido a um telegrama de apoio enviado ao governador da Bahia, Vital Soares. O início do telegrama publicado pelo jornal mostra, no âmbito político, uma evidente condição de subordinação da prefeita a um homem. Alzira informa que, “obedecendo à orientação do presidente Juvenal Lamartine” (PREFEITA, 22 ago. 1929, p. 3), dava seu apoio a Vital Soares. Alzira foi lembrada mais uma vez, não pelo jornal, mas pela diretoria da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, presidida por Bertha Lutz. A reunião semanal desse grupo tornou-se notícia e incluiu informação sobre a leitura do relatório do primeiro ano de governo da prefeita “Alzira Soriano, primeira administradora municipal da América do Sul – que realizou importantes empreendimentos (FEDERAÇÃO, 4 abr. 1930, p. 4).

Enquanto esteve viva, o nome de Alzira só apareceu nesse jornal mais uma vez, em 1962. É provável que, na época em que a primeira prefeita foi eleita no nordeste do país, as proximidades geográfica e temática (WOLF, 2003), tão importantes para se definir o que é notícia, tenham sido decisivas para não incluir o seu nome nas linhas do jornal. Talvez, Lajes não fosse tão perto espacialmente aos leitores de *O Globo* e não iria gerar um grau suficiente de interação e afetividade para virar notícia. Há que se considerar, ainda, o sudeste-centrismo e, nesse caso, além da proximidade geográfica como valor-notícia ser importante, a proximidade cultural também deve ser lembrada.

Em relação à aproximação temática, que inclui aspectos sociais e psicológicos, como bem lembra Fernandes (2014, p. 146), “supre a necessidade de grupos que buscam trocar informações, têm afinidades por temas os mais diversos e expectativas em comum”. O mais



provável é que a questão feminista ainda não despertasse qualquer afetividade ou identificação com os leitores do jornal no final da década de 1920 e nos anos seguintes, portanto, não era entendida como valor-notícia.

A primeira ministra do país, Esther Ferraz, assumiu em agosto de 1982 e recebeu bastante atenção da imprensa. Na década de 1980, centenas de matérias foram publicadas com menção ao seu nome, conforme constatamos em nossa pesquisa. Uma, de página inteira, merece nossa atenção, pois abordou a atuação dos movimentos feministas:

A nomeação de Esther Ferraz não foi exclusivamente em atendimento a reivindicação apresentada pelo Movimento da Mulher Democrática Social, ao presidente Figueiredo, em recente encontro nacional [...], no entanto, a reivindicação pesou na decisão presidencial. [...] A secretária-geral do MDS e candidata a deputada federal por Minas Gerais, Ana Maria Mendonça, que esteve ontem no Palácio do Planalto, disse que indicação da professora Esther de Figueiredo Ferraz tinha sido “uma resposta direta do Presidente à reivindicação das mulheres de maior participação na vida pública” (ESTHER, 17 ago. 1982, p. 5).

O movimento das mulheres ganhava força no âmbito social e político e o texto acima nos leva a ressaltar dois fatores importantes sobre essa questão. Em primeiro lugar, devemos lembrar mais uma vez, como bem destaca Wolf (2003, p. 198), o caráter dinâmico dos valores-notícia:

Mudam no tempo e, embora revelem uma forte homogeneidade no interior da cultura profissional – para lá de divisões ideológicas, de geração, de meio de expressão, etc. –, não permanecem sempre os mesmos. Isso manifesta-se claramente na especialização temática que, num determinado período histórico, os meios de informação conferem a si próprios. Assuntos que, há alguns anos, simplesmente “não existiam”, constituem atualmente, de uma forma geral, notícia, demonstrando na extensão gradual do número e do tipo de temas considerados noticiáveis. Alguns deles impuseram-se a ponto de determinarem uma cobertura informativa específica, sob a forma de rubricas, pareceres de especialistas, separatas especiais, etc..

Há um movimento circular crescente: a agenda feminista torna-se noticiável, a grande imprensa é levada a falar desse movimento, o que colabora com a difusão da sua imagem. Chegamos, desse modo, ao segundo fator importante que é imperioso enfatizar. Como consequência do progresso do movimento feminista, há o aumento proporcional do seu papel



na sociedade. Wolf (2003, p. 199) explica que, dessa forma, acelera-se “a sua marcha para a institucionalização. Por conseguinte, esses movimentos acabam por se tornar fontes estáveis (e já não ocasionais e controversas) dos órgãos de informação”, ou seja, o movimento feminista se torna uma fonte confiável, o que irá garantir mais produção noticiosa sobre as mulheres.

Há, em contrapartida, um revés. À medida que os grupos feministas alcançam novas conquistas, parece que se intensifica, também, o discurso machista que avança como um contra-ataque misógino frente à ascensão da imagem (com uma perspectiva positiva) da mulher na imprensa.

Embora o contra-ataque antifeminista não seja um movimento organizado, nem por isto deixa de ser destrutivo. Com efeito, a falta de coordenação, a ausência de uma única liderança só serve para torná-lo menos visível — e talvez mais eficiente. Um *backlash* contra os direitos das mulheres tem sucesso na medida em que parece não ter conotações políticas, na medida em que se mostra como tudo, menos uma luta. Ele é tanto mais poderoso, quanto mais consegue transformar-se numa questão privada, penetrando na mente da mulher e torcendo a sua visão para dentro, até ela imaginar que a pressão está toda na cabeça dela, até ela começar a impor as regras do *backlash* a si mesma. (FALUDI, 2001, p. 21)

Na mesma matéria que ressalta reivindicações que colaboraram para a nomeação de Esther Ferraz, outro parágrafo informa que a nova ministra

(...) recebeu os jornalistas vestindo um *tailleur* bege, blusa preta e colar de pérolas, aparentando estar muito bem disposta e mostrando-se bem penteada. Houve rumores de que a demora ao atender a imprensa deveu-se a uma ida ao cabeleireiro, mas sua governanta, dona Nilza, assegurou que ela estava na residência de seu irmão, o ex-prefeito de São Paulo, José Carlos de Figueiredo Ferraz, depois de uma passagem pela costureira para provar um vestido (ESTHER, 17 ago. 1982, p. 5).

A ênfase aos aspectos físicos, vestimentas e gostos particulares cresce na mesma proporção em que cresce o poder das mulheres. A disputa de produção de sentido sobre a realidade social que diversas forças sociais e políticas travam por meio da construção discursiva fica ainda mais evidente com a eleição de Dilma Rousseff à Presidência da República. Tais notícias merecem atenção especial e não há espaço aqui para explorar as diversas matérias

publicadas sobre ela. Vale, no entanto, destacar dois aspectos relevantes no conteúdo produzido em *O Globo* no dia seguinte à sua eleição.

Primeiramente, a quantidade de espaço reservado para tratar dos aspectos físicos e de consumo de Dilma Rousseff. Uma página inteira foi dedicada ao tema. As linhas iniciais mencionavam que “mesmo após a repaginada da campanha, Dilma foge das grifes de moda para se vestir ou se calçar” (FILMES, 1 nov. 2010, p. 12). Seguem, então, informações sobre roupas, sapatos, perfume, bolsas, joias e acessórios que gosta de usar. Há, ainda, um espaço para uma charge e um quadro comparativo de fotografias de diferentes fases de sua vida.

Em segundo lugar, percebe-se, nas matérias do dia primeiro de novembro, o enorme destaque dado ao presidente Lula (“Lula elege Dilma”, “como Lula construiu sua candidata”, “o risco do duplo comando”, “Lula vitorioso”, “Lula, o fiador vitorioso” e “o paralelo de Dilma será o presidente Dutra, que esquentou a cadeira para a volta de Getúlio”). Uma charge em que Dilma aparece como noiva diante de uma urna eleitoral e a indagação “Ai, meu Deus... e agora?” completa o tom de personagem coadjuvante dado à presidenta.

Agora é que são elas?

Notícias e tempo se entrelaçam, “a temporalidade expressa nas páginas de jornais foi (e ainda é) fruto da relação da imprensa com o seu tempo [...]. A atualidade é a força que move as primeiras páginas” (BARSOTTI, 2017, p. 31-32). Mas não só. Há, também, uma disputa pelo discurso.

A análise das matérias publicadas no Dia Internacional da Mulher nos mostra bem como se dá essa disputa. É possível compreender a escolha do que é publicado na primeira página a partir das teorias do jornalismo, mas é preciso enfatizar as motivações que levam à seleção e narração da notícia a partir de uma contextualização histórica. Ainda é preciso pensar no processo de produção noticiosa como um “espaço público de lutas micropolíticas, no qual diversas forças sociais, políticas e econômicas disputam a produção de sentido sobre o real” (AGUIAR, 2009, p.180).

A data fundadora do Dia Internacional da Mulher é associada a diferentes episódios. De acordo com Teles (1999), a história por trás da data começa com a greve das operárias têxteis da Fábrica *Cotton*, ocorrida em Nova York, nos Estados Unidos, em 1857. Em 1910, durante o

II Congresso de Mulheres Socialistas, realizado na Dinamarca, a comunista alemã Clara Zetkin propôs homenagear as operárias nova-iorquinas ao consagrar o dia oito de março como Dia Internacional da Mulher.

No Brasil, em 1976, uma comemoração pública ocorreu no Museu de Arte de São Paulo, e em 1977, na Fundação Getúlio Vargas, também em São Paulo:

É interessante destacar a reação da grande imprensa. O *Jornal da Tarde* publicou uma reportagem de página inteira, com a seguinte manchete: “Nossas irrequietas feministas e todos os seus pedidos. Um deles: um lugar para namorar”, assinada pela repórter Sheila Lobato. Sem dúvida, essa matéria era uma tentativa de desmoralizar o movimento, que já começava a demonstrar sua força (TELES, 1999, p. 98-99).

O Globo nada publicou sobre a comemoração paulista, nesse mesmo dia 9 de março, na seção Internacional, uma pequena matéria chamava a atenção para um texto do teólogo Gino Concetti, publicado na Itália, que dizia que o “feminismo não liberta mulher”. Na mesma matéria, constava uma informação sobre editorial publicado em jornal da União Soviética com críticas aos países capitalistas, onde há “vergonhosa discriminação das mulheres” e onde “a igualdade de direitos para as trabalhadoras não existe” (TEÓLOGO, 9 mar. 1977, p. 15).

Ao mesmo tempo em que chamava a atenção para as lembranças acerca do feminismo e do Dia Internacional da Mulher em outros lugares do mundo, *O Globo* não dava qualquer destaque ao fato no Brasil.

Poderíamos supor que a proximidade geográfica influenciaria notícias sobre as comemorações dentro do país, afinal, como já vimos, esse é um fator importante ao se eleger o que é notícia. No entanto, como ocorreu com Alzira Soriano, a aproximação temática pode não ter sido suficiente para tornar notícia tais festividades. É provável que, na década de 1970, a questão feminista apenas começava a despertar afetividade ou identificação com os leitores do jornal.

Mesmo em 1975, quando a Organização das Nações Unidas estabeleceu o Dia Internacional da Mulher, o jornal ignorou a data. Apesar de ter na primeira página um anúncio importante para as feministas – proposta de emenda constitucional para a instituição do divórcio no país –, não há qualquer menção que associe o fato às festividades do oito de março.

Somente em 1982, o jornal mencionou a data na primeira página, com chamada para uma matéria sobre encontros de mulheres em diversas partes do país. Entretanto, no mesmo dia, a primeira página destacava três notícias com protagonismo feminino, todas ressaltando aspectos negativos ou pejorativos acerca das personagens: “a esperança da desertora”, “ex-companheira impede casamento com saraivada de tiros”, “Maira, secretária e namorada de milionário” (ESPERANÇA, 8 mar. 1982, p. 1).

Percebemos que alguns estereótipos sobre a mulher são reforçados por meio das palavras utilizadas no jornal, como, por exemplo, a imagem da mulher associada a aspectos físicos. Foram 15 matérias em 14 edições com ênfase para a beleza e a sensualidade femininas. Também chama a atenção a quantidade de matérias em que a mulher aparece associada ao homem. São 21 chamadas em que há referências à esposa, amante, namorada, viúva, filha etc.

Paralelamente, a luta do movimento feminista é deixada de lado. É possível ver isso, claramente, a partir da quantidade de chamadas para matérias relacionadas ao Dia Internacional da Mulher. Apenas em 14 edições a data foi lembrada, em um total de 23 chamadas, sendo que, em 2015, uma chamada apresenta um tom hostil à mulher: “Dilma só cumpre uma das 5 metas. O governo da primeira presidente do país tem pouco a celebrar. Das ações prometidas contra a violência de gênero, só o transporte para vítimas de agressão foi providenciado” (DILMA, 8 mar. 2015, p. 1). Ao ler a matéria inteira, na página 10, fica claro que alcançar as metas mencionadas na primeira página dependeria de uma ação conjunta de estados e municípios e, portanto, não seria possível responsabilizar exclusivamente a chefe do governo federal pelos poucos avanços nos programas de ação de combate à violência de gênero.

Também chama a atenção o fato de haver apenas cinco chamadas para matérias sobre feminicídio. De acordo com o relatório de 2021 do Atlas da Violência (CERQUEIRA; FERREIRA; BUENO, 2021), produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no país. Diante desses números é, no mínimo, contraditório não haver mais notícias sobre o assunto.

Se, por um lado, nas últimas décadas do século XX e primeiras décadas do século XXI não encontramos mais adjetivos que busquem de forma tão evidente justificar o feminicídio, há, por outro lado, tentativas de vitimizar a pessoa que comete o crime. Em 2013, por exemplo, há uma chamada para a notícia sobre o julgamento do goleiro Bruno, responsável pela morte

da namorada. A matéria o apresenta como um rapaz abandonado pelos pais, o que pode ser compreendido como uma tentativa de se criar um discurso que transforme o algoz em vítima.

O crescimento da agenda feminista forçou a grande imprensa a abordar temas relacionados a mulheres. No entanto, tal abordagem ainda se orienta por uma perspectiva misógina, que exprime o olhar machista dominante na sociedade.

Considerações finais

Desde o final do século XIX até o início do XXI, mulheres se organizaram para lutar por mudanças sociais e políticas com o objetivo de conquistar direitos e igualdade. As chamadas “ondas feministas” provocaram a emergência de um debate histórico acerca da mulher e a imprensa, como participante do processo de construção da realidade social, participou dessa transformação.

No final da década de 1970, questões femininas começavam a se solidificar como valores-notícia, mas à medida que a discussão ganhava forma por meio de manchetes nos jornais, crescia, proporcionalmente, o discurso apoiado em ideias patriarcais dominantes, em que a mulher é representada a partir de perspectivas misóginas. Vimos neste trabalho exemplos claros dessa situação.

Ao analisar as notícias sobre mulheres em *O Globo* e conforme a discussão apresentada, é possível sustentar que o argumento central deste trabalho é válido. Percebemos uma tendência do jornal de ignorar as mulheres ou retratá-las dentro de papéis estereotipados de vítima e/ou consumidoras.

A pauta feminista já faz parte do campo cultural e aparece cada vez com mais frequência nas notícias, mas ainda há uma forte inclinação para um discurso hegemônico patriarcal, já que, na cultura profissional do jornalista, os valores-notícia estão permeados por juízos de valor construídos historicamente. Para além disso, quando os movimentos sociais, como o movimento feminista, entram no debate público pelas disputas narrativas, abalam as estruturas de poder; afinal, o discurso que produz poder também é capaz de demoli-lo (FOUCAULT, 1996). Essa talvez possa ser uma compreensão esclarecedora sobre os critérios de noticiabilidade envolvidos na cobertura jornalística aqui analisada.

Referências

AGUIAR, Leonel. A validade dos critérios de noticiabilidade no jornalismo digital. *In*: RODRIGUES, Carla (org.). **Jornalismo on-line: modos de fazer**. Rio de Janeiro/Porto Alegre: Ed.PUC-Rio/Sulina, 2009. p. 163-183.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980

BARSOTTI, Adriana. Uma história da **primeira página**: do grito ao silêncio no jornalismo em rede. Florianópolis: Insular, 2018.

BRILHANTE, **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 64, n. 20.042, p. 3, 6 ago. 1988. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019881006>. Acesso em: 28 jun. 2022.

CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; BUENO, Samira. **Atlas da violência 2021**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

CONCESSÃO. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 2.377, p. 6, 29 fev. 1932. Edição vespertina, 1ª seção. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=193019320229C&edicao=Vespertina>. Acesso em: 28 jun. 2022.

DILMA. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.798, p. 1, 8 mar. 2015. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020150308>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ESPERANÇA. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 57, n. 17.660, p. 1, 8 mar. 1982. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019820308>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ESTHER. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 58, n. 17.822, p. 5, 17 ago. 1982. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019820817>. Acesso em: 28 jun. 2022.

FALUDI, Faludi. **Backlash**: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FEDERAÇÃO. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 169, p. 4, 4 abr. 1930. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=193019300404>. Acesso em: 28 jun. 2022.

FERNANDES, Mario Luiz. A proximidade como critério de noticiabilidade: a força da notícia local. *In*: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (org.). **Crítérios de noticiabilidade**. Problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014. p. 139-156.

FILMES. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 86, n. 28.210, p. 12, 1 nov. 2010. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020101101>. Acesso em: 28 jun. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

GANS, Herbert J. **Deciding what's news**. A study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time. Evanston/Illinois: North Western University Press, 2004.

LAGO, Cláudia; KAZAN, Evelyn; THAMANI, Manuela. Jornalismo e estudos de gênero: e a interseccionalidade, onde está? *In*: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Monica (org.). **Desigualdades, relações de gênero e estudos de Jornalismo**. São Paulo: Life Editora, 2018. p. 124-140.

MANO, Maíra Kubík. De um jornalismo sexista a um jornalismo com perspectiva de gênero. **Lutas Sociais**, v. 21 n. 39, p. 9-20, jul./dez. 2017.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

MULHER. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 61, n. 18.896, p. 1, 7 ago. 1985. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019850807>. Acesso em: 28 jun. 2022.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In*: Buarque de Almeida, Heloisa; SZWAKO, José (Orgs.). **Diferenças, igualdades**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

PREFEITA. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 1473 p. 3, 22 ago. 1929. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=192019290822>. Acesso em: 28 jun. 2022.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e História. *In*: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (org.). **Masculino, feminino, plural**. Gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.



REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e o tempo histórico*. Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994.

REPRESENTANTE. *O Globo*, Rio de Janeiro, ano 61, n. 18.894, p. 12, 5 ago. 1985. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019850805>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ROMÁRIO. *O Globo*, Rio de Janeiro, ano 64, n. 20.042, p. 1, 6 ago. 1988. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019881006>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SILVA, Marcos Paulo da. Perspectivas históricas da análise da noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (org.). *Crítérios de noticiabilidade*. Problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014. p. 25-38.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TEÓLOGO. *O Globo*, Rio de Janeiro, ano 52, n. 15.855, p. 15, 9 mar. 1977. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019770309>. Acesso em: 28 jun. 2022.

TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo*. Questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 2003.

Submetido em: 11.07.2020

Aprovado em: 15.03.2022

